

## **COMISSÃO DIRETORA**

### **PARECER Nº 460, DE 2015**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2015.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2015, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer nova condição de inelegibilidade de magistrados e membros do Ministério Público.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 15 de julho de 2015.

**JORGE VIANA, PRESIDENTE**

**ELMANO FÉRRER, RELATOR**

**DOUGLAS CINTRA**

**SÉRGIO PETECÃO**

**ANEXO AO PARECER Nº 460, DE 2015.**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2015.

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer nova condição de inelegibilidade de magistrados e membros do Ministério Público.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

I – .....

r) os magistrados e os membros do Ministério Público, até 2 (dois) anos depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções;

.....

§ 6º O prazo de 2 (dois) anos previsto na alínea “r” do inciso I do *caput*, caso o afastamento ocorra durante o exercício de mandato no âmbito do Poder Judiciário ou do Ministério Público, será contado a partir da data prevista para o término do respectivo mandato.” (NR)

Art. 2º Revoga-se o item 8 da alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.